



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dezesseis horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter extraordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Rocha, Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin, Bianca Toledo, Carla Wendling, Christiane Aguiar, Flávia Piana, Lia Baron, Luciana Torres, Marcus Faustini, Pedro Paulo Malta, Pedro Vitor Guimarães, Rayanne Pacheco, Rosa Perdigão, Sarah Alonso, Suelyemma Franco, Wallace. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dezesseis horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. A vice-presidente deste Conselho, Rosa Perdigão, dá início ao encontro cumprimentando os presentes e fazendo sua fala inicial. Rosa começa relatando sobre os temas discutidos anteriormente, dando ênfase na grande preocupação sobre a Conferência, retomada cultura e eleições. Continua sua fala dizendo que houve uma proposta, debatida pelo grupo, para começar a desenhar como será a Conferência para que seja possível começar as discussões tanto na teoria quanto na prática. Rosa diz que seria, mais ou menos, este o seu relato inicial e que gostaria de ouvir a fala do Secretário, sobre o andamento dos editais e recentes atividades da Secretaria Municipal de Cultura - SMC. Dito isto, Lia Baron passa a palavra ao Secretário e Presidente deste Conselho, Sr. Marcus Faustini. O Secretário inicia sua fala saudando os conselheiros e representantes da sociedade civil presentes, explica que a cidade ainda vive um momento difícil, que houve grande avanço na vacinação e nas tentativas de colocar algumas mudanças de políticas públicas na rua mas o cenário da variante Delta ainda gera incerteza no país inteiro, por mais que a cidade do Rio de Janeiro esteja no caminho certo da vacinação, da retomada do desenvolvimento da cidade, ainda há, no cenário nacional, a não entrega e a falta de vacina e isso prejudica muito. O Secretário pede consciência quando se pensa e se pedem políticas públicas, num espaço como o do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, consciência do momento de dificuldade que o país atravessa, de ter um

governo federal que não aposte na vacina com regularidade e na política cultural, é possível identificar sistemáticos ataques à política cultural nacional, que afetam, diretamente, as políticas públicas da nossa cidade. Marcus Faustini diz que já identificaram, da gestão anterior, desafios enormes, por exemplo: equipamentos quebrados, falta de orçamento, desorganização e outros. Com isto, o Secretário diz que está tentando inventar o novo, consertar e lidar com esta insegurança nacional. Diz ser um momento de ousadia mas de muita responsabilidade, de saber os passos que podem ser dados mas sem deixar de se posicionar sobre o que está acontecendo no governo federal em relação à vacina e à cultura. O Secretário diz que devem haver, por parte do Conselho, provocações ao governo federal de forma conjunta, pois as Secretarias Municipais de Cultura encontram-se assoberbadas no Brasil inteiro, precisando fazer políticas que são de responsabilidade do governo federal e diz que o Rio de Janeiro é o epicentro dessa situação. Diz que há tentativas de avanço na relação com os compromissos de Conselho, que é um lugar de debate, cobrança e conversas importantes e tendo sido pactuado tocar o Plano Municipal de Cultura e conseguir imaginar uma Conferência Municipal de Cultura e um novo processo eleitoral, ainda no meio desta situação. O Secretário acrescenta que a chegada do Marcelo Veloso, que já está trabalhando, já está nos grupos, demonstra que o caminho será difícil e de corrida contra o tempo para que, de forma conjunta, haja o debate para envio da proposta à Câmara dos Vereadores. Marcus Fustini reafirma que esta é uma prioridade da gestão pactuado com o CMPC e diz que o gesto do Marcelo Veloso estar trabalhando e adiantando o processo demonstra a importância deste pacto para a gestão. Acrescenta a importância que o plano terá para a cidade, uma vez que o documento seja entregue para debate na Câmara, permitindo que a cidade demonstre que está tentando criar políticas públicas na ponta. Sobre as Zonas de Cultura, o Secretário informa que o edital de chamamento público, para organização que definirá as metas e o monitoramento, está aberto e que houve uma agenda, cujo CMPC foi convidado, para apresentar aos agentes culturais de Madureira, permitindo que estes agentes já comecem uma mobilização e que já se planejem para saber como serão dados os diálogos junto à organização que ganhar o edital. Ou seja, a agenda mencionada por Rosa, foi uma agenda de divulgação, assim como vem sendo realizados os encontros do FOCA no território, com a realização de muitos encontros devido a importância de ofertar, aos artistas, a proximidade com a política pública. O Secretário acrescenta que o Rio de

Janeiro, por decisão do Prefeito Eduardo Paes, é uma das poucas cidades do país a fazer políticas públicas neste momento. Diz ainda que já havia um plano para reabertura dos equipamentos da cidade, mas que precisou ser adiado em função do avanço na propagação da variante Delta e reforçado pelo não avanço na vacinação. Marcus Faustini diz que, após conversar com diversos agentes culturais da cidade, gostaria de afirmar o compromisso da Secretaria em realizar, ainda este ano, a Conferência e o novo processo eleitoral do CMPC. Diz que já foi solicitado um recurso suplementar para isto e que gostaria, junto ao Conselho, de debater o melhor formato para realização destes processos. O Secretário entende que existem situações que não permitirão a realização de muitos encontros territoriais, mas que deve ser pensada uma estratégia de encontros presenciais e online, a fim de atingir a todos os territórios. Diz ter imaginado a possibilidade destes processos ocorrerem em novembro e dezembro, com este momento anterior de preparação. Dito isto, o Secretário diz que é importante a pauta na reunião de hoje, permitindo ouvir as opiniões e ideias dos conselheiros sobre tal questão e, segundo ele, mesmo sem ter grandes recursos a ideia é apostar na Conferência de Cultura que combina muito com a chegada do Plano Municipal de Cultura, fazendo a cidade discutir sobre cultura e mantendo viva a cultura na cabeça dos governantes e da população. Marcus Fustini diz que uma cultura que não é debatida, é uma cultura que não aparece. Por isso a aposta nisso, com segurança e acreditando na busca de recursos para a pré produção destes processos. Diz que a Conselheira Lia Baron colocará para debate um pequeno modelo. O Secretário diz esperar, para este ano, muita coisa para se debater e melhorar. Sobre o Plano, Conferência e Eleição, diz estar trabalhando para fazer, que esta é uma reunião muito importante, apontando para fazer chegar a meta. O Secretário justifica que poderá se ausentar em alguns momentos do encontro devido a um problema pessoal, mas deseja um bom encontro a todos os presentes. Lia Baron agradece a fala do Secretário, passando a palavra ao consultor Marcelo Veloso. Lia pede que o consultor faça um resumo do andamento do trabalho de consolidação do Plano Municipal de Cultura, permitindo que todos fiquem a par. Marcelo Veloso saúda os presentes, tanto representantes do poder público, conselheiros da sociedade civil e convidados. O consultor diz, assim como já teria sido dito em cada uma das reuniões realizadas, que a minuta do plano recebida por ele, elaborada pelos grupos de trabalho existentes, é uma minuta bastante abrangente, percebendo ser fruto do grande trabalho

realizado pelos cinco grupos de trabalho, que estabeleceram mecanismos de processos e metodologia própria. Marcelo Veloso diz que seu trabalho partiu de uma análise dos itens colocados, sejam eles metas, ações, diretrizes e objetivos de cada um dos eixos e, a partir disso, diz ter feito um trabalho de consolidação, de sistematização daquelas propostas, reorganizando as metas com foco em manter, no máximo possível, a redação proposta pelos GTs. Marcelo diz que o trabalho tem se resumido em identificar sobreposições, uma vez que a dinâmica de trabalho separou quatro grupos, com questões que estão sendo abordadas em cada um dos eixos. E também teve algumas questões, que precisarão ser discutidas posteriormente com os GTs, que não cabem no documento, como detalhamento de um projeto, alguns processos e informações que não vem ao caso, propondo que isto seja contemplado de outra maneira, por exemplo, através de algumas metas e ações existentes, que forem bem mais elaboradas que outras e que acabam abrangendo. O consultor diz ter estado presente em três reuniões dos GTs, tendo recebido o pedido de agilizar o processo. Explica que a agenda original, que tinha sido proposta, era de uma reunião por semana e isso acarretaria no envio do Plano à Câmara somente no final de outubro ou início de novembro. Estão sendo realizadas duas reuniões por semana, tendo ocorrido na segunda-feira passada a reunião com o GT um, responsável pela gestão, na quinta-feira com o GT 2, responsável pela cidadania, diversidade e ações afirmativas e ontem teria sido realizada uma parte da reunião com o GT 3, responsável pelo fomento, explicando que o tempo estipulado não foi suficiente para a conclusão dos debates e fez-se necessário a marcação de um novo encontro. Marcelo diz ter mudado a metodologia de trabalho no último encontro em relação ao que ocorreu nos dois primeiros. Nos dois primeiros momentos, o consultor teria levado uma proposta, bem consolidada, das metas e ações e isto teria gerado uma demanda dos participantes. Devido ao fato, no encontro realizado ontem, o consultor mudou a metodologia, entendendo que gerou mais trabalho, mas entendeu que foi mais proveitosa. O consultor diz ter levado a planilha de análise para a reunião e foi realizada a discussão em cima de cada proposta de reorganização, de alteração e consolidação. Talvez por isso e pelo fato do fomento ser um ponto muito sensível, a discussão não foi finalizada em uma única reunião. A perspectiva, segundo o consultor, é que a última reunião aconteça no dia nove, tendo amanhã o segundo momento do GT 3, na quinta-feira o GT 4 e na quinta-feira, dia nove de setembro, a última reunião. Após todas as

discussões, com todas as questões elencadas, Marcelo diz que apresentará uma proposta consolidada, neste primeiro momento, só das metas e ações, que é o corpo central, para que seja possível debater a fazer a validação final com o Conselho e, enquanto isto, diz estar preparando a redação final, que é o documento com todas as partes, todos os preâmbulos e a proposta de minuta do Projeto de Lei para ser enviado à Câmara. Lia Baron agradece as colocações realizadas pelo consultor e diz que haverá um acompanhamento das próximas reuniões e diz que quem vem fazendo esta supervisão é a secretária executiva, Janaína Magalhães. Acrescenta que a expectativa é de que na próxima reunião ordinária do Conselho, já tendo sido finalizadas as reuniões sobre o Plano, seja dado mais um informe para alinhar o encaminhamento dos trabalhos. Lia Baron dá como aberto os pedidos de inscrição para as falas e, como já dito pelo Secretário, a intenção com esta reunião é que seja uma reunião para que o tema da Conferência e Eleições seja inaugurado. Neste sentido, diz que é indispensável que a gestão se coloque numa posição de escuta e que os conselheiros possam se posicionar com relação aquilo que o Conselho entende por estes temas. Lia diz que está é uma primeira rodada para discutir estes assuntos, que andaram conversando, internamente, na tentativa de entender qual a disponibilidade, até que ponto é possível ir com essas duas entregas e chegaram a conclusão, até por sugestão do Secretário, que haja uma concentração destas entregas para os meses de novembro e dezembro, dado que estamos entrando em setembro e a ideia é que em setembro e outubro possam ocorrer as discussões sobre o formato das eleições e da Conferência, discutindo as estratégias de contratação dos serviços necessários pois, como dito pelo Secretário, não há muita verba para tal e está sendo necessário solicitá-la como verba suplementar para este fim específico. De todo modo, Lia diz haverá a possibilidade de contratação de alguns serviços e a ideia é que neste período, de setembro e outubro, sejam realizadas essas discussões sobre o formato, o processo das contratações para que, em novembro, comecem as atividades territoriais e faça a culminância do processo de Conferência e Eleições no mês de dezembro. Lia diz que, administrativamente, o mês de dezembro é inexistente e, por isso, as contratações precisam ser feitas, no máximo, até novembro. De todo modo, Lia explica que as atividades podem acontecer em dezembro, uma vez que a contratação dos serviços tenha ocorrido previamente. Acrescenta que a ideia da gestão é disponibilizar, até a próxima reunião, de um ponto focal para tratar destes assuntos, mas isto ainda está sendo definido

internamente. Para que haja um acompanhamento deste trabalho de discussão dos formatos, junto com os conselheiros. Além disso, em uma reunião preparatória ao encontro do Conselho, foi pensada a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para que as discussões sejam encaminhadas de forma objetiva. Lia Baron diz deixar esse rascunho bastante aberto para que sejam iniciadas as discussões, tendo a ideia de realizar o planejamento e a pré produção em setembro e outubro, as rodadas territoriais em novembro e a culminância em dezembro, mas o formato da dinâmica está aberto e diz ser interessante que seja decidido e definido pelos próprios conselheiros na interlocução com a gestão. Lia Baron encerra sua fala e então é iniciada a rodada de fala dos conselheiros, iniciada pelo conselheiro Adair Rocha. O conselheiro diz que gostaria de comentar sobre dois pontos. O primeiro deles, como colocado pelo Secretário, sobre o momento difícil. Acrescenta que um momento difícil é também um momento estratégico porque, ao mesmo tempo que todos os limites estão colocados à nível nacional, o trabalho está tendo um avanço extraordinário, que é a perspectiva da multilateralidade, ou seja, como chegar nos diferentes espaços da cidade e quebrar paradigmas anteriores, onde centro significa relações de poder já estabelecidas, hierarquias já estabelecidas e, até mesmo, gêneros já estabelecidos. Segundo o conselheiro, este avanço é fundamental para pensar, na medida em que ocorre o avanço de consolidação e conquista de políticas públicas muito concretas, ao mesmo tempo em que está o Plano em andamento célere. O conselheiro diz achar que a perspectiva da conferência e de uma nova eleição de conselho se dá neste momento em que se tem uma terrível situação mais ampla mas que, ao mesmo tempo, incita e desafia muito mais a chegar em todos os espaços da cidade. A partir desta relação de multilateralidade o que seria trabalhar a pluralidade, a diversidade, uma produção de cultura que está no cotidiano mas que não está, normalmente, nas agendas e nas pautas das instituições. Com essa aproximação de instituições, que se dá entre a SMC, a Câmara dos Vereadores, dos representantes que se tem no Conselho e da sociedade civil organizada com pensamentos políticos não divergentes, que tenham aproximação grande deste pensamento, no sentido de ampliar aquilo que já foram grandes conquistas a pouco tempo atrás e como, do ponto de vista nacional, já teria avançado tanto nestes processos. O conselheiro continua sua fala dizendo que a retomada da construção de uma Conferência e de uma nova eleição, certamente, trará um novo perfil, uma nova possibilidade e perspectivas que certamente

ampliarão e sairão de um novo processo sistêmico anterior vivido nesta cidade, onde se falava que depois do túnel não havia nada e agora terão de sair do túnel para ver e acompanhar a cultura onde ela está, onde a população está, onde a tradição está e onde todas as possibilidades estão. O conselheiro finaliza dizendo que é neste sentido que gostaria de realizar suas considerações. Lia Baron agradece as contribuições do conselheiro e segue a ordem das inscrições com o conselheiro Pedro Victor Guimarães. O conselheiro cumprimenta os presentes, diz que gostaria de se desculpar e justificar suas últimas ausências da plenária do CMPC, dizendo estar de férias e sem acesso à internet do local onde se encontravam. Relata ter enviado uma representante no último encontro, mas que por alguns problemas não conseguiu entrar na última reunião. Mesmo ausente, o conselheiro diz ter acompanhado os avanços que o grupo tem conseguido implementar, dentro da SMC. Pedro diz ser servidor da Secretaria Municipal de Educação - SME e, por isso, seu discurso acompanha um pouco da fala do conselheiro Adair Rocha no sentido de destacar o desafio que é promover políticas públicas na área de cultura neste cenário tão difícil e desafiador. Completa dizendo que os movimentos tomados pela SMC tem inspirado outras secretarias nesta atual gestão, que a SME tem refletido muito sobre a chegada destes projetos que focam no território e tem pensado em uma articulação política e pedagógica para que a educação seja feita alinhada com as potências de cada território da cidade. Com isso, diz ser possível perceber os avanços nos debates das pautas de diversidade, da pluralidade e da pluriversalidade. O conselheiro relata que não pode participar da primeira reunião do GT 2 no dia vinte e seis, grupo ao qual o conselheiro diz que gostaria de fazer parte. E hoje, ao ouvir os relatos do consultor sobre a metodologia utilizada, destaca a importância do cruzamento, das aproximações e entender um pouco mais sobre os pontos que os vários grupos têm pensado em comum, a partir de perspectivas diferentes. Encerrada a fala do conselheiro, Lia Baron agradece as contribuições. Identificando que não haviam mais pedidos de inscrições, Lia questiona se algum conselheiro gostaria de realizar alguma contribuição. Carla Wendling diz que gostaria de se posicionar, não sobre os pontos de pauta mas sobre a fala do conselheiro Pedro Victor Guimarães. A conselheira diz que seria interessante, já que há a vontade do mesmo em participar, uma vez que já está tudo construído e nesse momento está sendo feito apenas o alinhamento das informações, passar o material produzido para que ele possa ter

conhecimento do que vem sendo trabalhado e discutido. Pedro Victor Guimarães, entendendo que o trabalho já está avançado diz que é exatamente isto que ele está solicitado. A vice-presidente Rosa Perdigão gostaria de fazer um adendo sobre o que está sendo dito. Diz que a proposta pensada foi de reunir novamente os grupos para discutir cada eixo, convocando aqueles que estiveram desde o início no processo, visto a necessidade de finalizar o alinhamento dentro do prazo. Rosa completa que o GT 2 já está alinhado, que será dado um retorno sobre sua solicitação, sendo disponibilizado o material produzido junto ao consultor para que depois todo o material seja compilado e entregue na plenária. Lia Baron diz que fica combinado sobre a disponibilização do material ao conselheiro, acrescentando que o que ficou decidido é que não haverá adição de propostas ao texto base, apenas uma edição do texto proposto e aprovado. Lia Baron dá a palavra à conselheira Sarah Alonso. A conselheira cumprimenta os presentes e, ao ouvir sobre o relato do Marcelo, gostaria de ressaltar alguns pontos. Diz que os trabalhos estão sendo feitos através dos GTs, que foi o formato que se decidiu para este plano, e agora sendo complementado pelo trabalho do consultor. Sarah diz que como não existia, antes da chegada do consultor, a figura que faria a união dos trabalhos realizados, acabou que muita informação se repetia em diferentes grupos e isso já era previsto. Com esta análise, a conselheira diz que a metodologia foi diferente e considera que a utilizada no GT que ela faz parte foi bem eficiente. Sarah diz ter dúvidas sobre a organização que está sendo debatida e acrescenta que é importante trazer esses pontos neste encontro, pois é onde todos os representantes dos GTs estão se encontrando. A conselheira segue sua fala dizendo que há um grupo, onde ocorrem as tentativas de troca de percepções e opiniões, fora a pessoa do Marcelo e da Rosa, que já estão em todos os grupos. Sarah diz que gostaria de trazer a discussão sobre os prazos do Plano, dizendo que quando o documento foi produzido foi estipulado um método de curto, médio e longo prazo, adotado por todos os GTs. Com a chegada do Marcelo, foi apresentada a abordagem no formato de Decreto, como ocorre no plano nacional. A conselheira diz trazer este tema para discussão entendendo a pertinência do assunto, mesmo sabendo que haverá esta discussão nos GTs e considerando que é de suma importância manter, de alguma maneira, os prazos. Sarah completa dizendo que desde o início houve o debate de que o plano pudesse ser acompanhado e fiscalizado, não permitindo que as informações ficassem “soltas”, a fim de garantir mesmo com as próximas

gestões a viabilidade do plano, no prazo de dez anos. Sarah diz ainda que, ao terminar o período de encontro dos GTs, é importante analisar junto como ficará o desenho completo do documento. Completa dizendo que o plano, assim como as demais entregas e programas da Secretaria são de extrema importância e fica feliz em poder avançar nessa pauta. Sobre a Conferência, diz ser essencial ser feita esse ano, mesmo com este período difícil e que precisará ser analisada com cautela, mas acredita que os processos não podem ser adiados. Diz que a sugestão de alguns encontros presenciais e outros online podem ser uma boa alternativa para atingir todo o território, podendo ser considerada a possibilidade de reuniões híbridas, a depender das possibilidades e considera que encontros exclusivamente online são excludentes e que não há possibilidade de superlotações nos encontros presenciais. Sarah relata que na última experiência não se tiveram muitas reuniões territoriais com mais de cem participantes, com isso, deve ser pensado em um número máximo para que o local escolhido comporte todos atendendo às exigências sanitárias. Diz que é uma grande oportunidade de levar à Conferência muitos assuntos importantes para discussão, diferente da última oportunidade em que não foi tão produtiva. E fala que a criação de um GT é essencial para organização destes processos, sendo muito válido para este Conselho ter um espaço de relatoria e problemática, por conta das lutas que não conseguiram ficar, a perda de cadeiras e representantes, com isso a importância disso ser pautado na Conferência. Sarah diz que não temos como prever como estará a situação da cidade daqui a um mês, mas gostaria de propor a realização de um encontro online e um presencial para que seja possível avançar nessa discussão. Lia Baron agradece a fala da conselheira e passa a palavra ao conselheiro Álvaro Maciel. O conselheiro saúda os presentes, dá boas vindas ao conselheiro Pedro Victor Guimarães e inicia sua fala relatando o que é ser um conselheiro negro deste Conselho. Álvaro diz ter uma lista de ex-conselheiros municipais, todos negros e negras que, por um motivo ou outro, tiveram que se afastar. São eles: Eliane Alves Cruz, Lu Fortunato, Elizabeth Manja, Mauro Barros, Stephanie Andreas, Andre Constantini, esse apesar de não ter mandado carta de renúncia não vem atuando no Conselho, Anderson, que apesar de estar presente neste encontro, vem relatando dificuldades e Marcos Poubel, que pode ser considerado mais claro, mas também que se declara negro e diz que gostaria de fazer uma referência a outra conselheira negra, Izáira França, pela dificuldade que passa neste momento pela perda de seu pai e mãe. Com

isto, o conselheiro diz que o grupo aqui presente e que vem tocando este conselho tem uma dupla responsabilidade quando há exigência em se fazer a função das nossas cadeiras e ainda fazer por aqueles que tiveram, por algum motivo, que se afastar. Diz que num país em que o racismo estrutural não é um segredo, há a possibilidade de se levar à Conferência o debate do racismo estrutural dentro da cultura. O conselheiro gostaria de lembrar o tema da última Conferência, que foi “Por uma política cultural de Estado para a cidade do Rio de Janeiro”, que teve GTs parecidos com os que vêm sendo discutidos. Diz que a Conferência se dá com uma mesa de abertura, na última experiência foi convidada a Sra. Daniele Dantas, que falou sobre os indicativos da cultura, e depois daquela mesa houve a separação em salas para realização de debates e recolhimento de contribuições. O conselheiro diz que está vendo que há uma preocupação em colher as contribuições para o plano, que poderá ainda ser revisto, mas que na Conferência também é hora daqueles que estiveram fora do processo, por mais democrático que tenha sido, participarem deste processo de construção e acrescenta que o atual grupo de conselheiros mais os convidados que participaram dos GTs vive um momento histórico da cidade. Álvaro diz que o Brasil teve seu ministério fundado em mil novecentos e oitenta e cinco e a França em mil novecentos e oitenta e nove, a França copiou os direitos da declaração universal, de mil novecentos e quarenta e oito, e teria colocado na constituição dela o direito à cultura em mil novecentos e cinquenta e oito e a nossa colocou em mil oitocentos e oitenta e oito, ou seja, trinta anos depois. Com isso, o conselheiro questiona se os direitos culturais estão sendo respeitados, mesmo estando previstos na constituição, se o sistema que estabelece este direito, na emenda parlamentar 216A, está sendo cumprido. Com isso, o conselheiro diz ser necessário pensar o tema da próxima Conferência, que seguindo o pensamento do conselheiro Adair Rocha, pode ser algo relacionado à cidade multicêntrica, uma vez que está ocorrendo o rompimento do histórico de concentração. O conselheiro diz ver com bons olhos e com esperança deste governo conseguir cumprir com este objetivo, mesmo que haja dilemas e outros grupos privilegiados que estão preocupados em perder esses privilégios. Diz que onde há conflito é porque existe a necessidade de transformar, que sempre agrada a um grupo mas desagrade a outros mas, acredita que, na cultura, há de agradar a grande maioria. Sobre a zona oeste, o conselheiro diz ser uma região emblemática por ser o maior território, o maior colégio eleitoral da cidade e o menor investimento de cultura, próxima a zero. O conselheiro diz ter

certeza de que todos estão unidos, que mesmo não tendo previsão para seguir no Conselho, gostaria de participar da Conferência, com a certeza de que será emocionante, gratificante e a realização de um sonho. Os grupos que teria mencionado, são eles: GT 1 - Economia da Cultura e Novas Tecnologias, GT 2 - Infraestrutura Cultural, Integração e Desenvolvimento, GT 3 - Cultura e Sustentabilidade, GT 4 - Democracia, Cidadania e Diversidade, GT 5 - Política Cultural, Gestão e Formação e GT 6 - Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural, acrescentando que facilita manter os grupos para comparar com o acúmulo, mas ao mesmo tempo é necessário deixar aberto para criação de novas coisas, a arte contemporânea, por exemplo, têm uma força na cidade do Rio de Janeiro e, de certa forma, vem sendo ignorada na cidade, diferente de São Paulo, que hoje estaria a frente. O conselheiro diz que espalhar a arte contemporânea por todas as Áreas de Planejamento, fazendo com que ela seja contemplada neste Plano Municipal é de extrema importância. Completa dizendo que, mesmo em meio às dificuldades, a atual gestão consegue avançar nas políticas públicas, que gostaria que o processo pudesse ser mais rápido mas que acredita que esteja ocorrendo no tempo necessário. Diz que há vontade que tudo esteja concluído em dezembro e, em concordância com a fala da conselheira Sarah Alonso, que sejam realizadas reuniões presenciais para discussão do processo, mesmo que haja necessidade de deixar este processo aberto por mais alguns meses, visto a necessidade que a cultura tem deste encontro, deste contato, deste debate corpo a corpo. Finaliza sua fala parabenizando os envolvidos e dizendo que sem este Conselho, certamente isto não estaria ocorrendo e sobre as demais construções que não estão passando pelo Conselho, o conselheiro gostaria de recomendar ao Secretário que isso seja colocado na Conferência, como política de Estado. Finalizada a fala do conselheiro, Lia Baron agradece as contribuições e passa a palavra à conselheira Carla Wendling. A conselheira saúda os presentes e volta na fala do Secretário, quando citado o governo federal e acrescentando a Secretaria de Cultura, dizendo que estão unidos mas que precisam da força da atual gestão. Diz que teve em uma reunião recente com o Secretário, onde ele se colocou muito claro com relação ao que vem acontecendo, mas que existe uma pessoa que senta em uma cadeira mais acima e é necessário saber o que esta pessoa quer para que seja possível lutar junto dele, acrescentando que acredita que apenas no combate será possível derrubar o atual governo, no sentido de trazer algo, apesar da proximidade com as eleições de dois mil e

vinte e dois. Sobre as eleições do Conselho, a conselheira diz ser o que mais quer, desde que o processo seja democrático, visto a última experiência vivida ter sido positiva, mas se diz preocupada em relação ao pensamento da Secretaria sobre a divulgação destes processos e como isto será trabalhado, visto que o Conselho sozinho não conseguirá dar conta desta questão. Sobre a construção, já existe um desenho do que é desejado pelo Conselho, de forma democrática. Que gostariam que o processo se desse de forma totalmente presencial, mas entendo que, devido o momento, não será possível e que devem considerar o que foi sugerido de encontros presenciais e online. Mas que, de qualquer forma, o objetivo seja integrar a maior quantidade de pessoas possíveis. Relata que o Conselho já havia conversado sobre a necessidade de realizar um relatório das perdas, para apresentação aos novos conselheiros que poderão ingressar. Voltando à questão do plano, a conselheira diz que o que incomoda a maioria dos conselheiros é a questão de não haver um prazo onde a sociedade civil possa se apoiar, que possa ser cobrado e que a gestão tenha que seguir. Quanto à sugestão do decreto, a conselheira diz entender que não é válida. Acrescenta que o consultor ficou de pensar junto aos conselheiros uma forma de apresentar isso de forma que permita acompanhar a cobrança dos processos e assegurar as metas mesmo que haja mudança nos governos. Diz que uma das poucas coisas boas do governo do Crivella foi o CMPC e graças ao Conselho que houve, com muita briga, discussão e luta, a Lei Aldir Blanc. Lia Baron agradece a fala e passa a palavra à vice-presidente do Conselho. Rosa Perdigão diz ter sido contemplada em muitas falas, principalmente a da conselheira Carla quando disse sobre a territorialidade e a necessidade de manter esta política, acrescentando que também é uma visão do atual Secretário. Outro ponto que aborda é o desenho da Conferência, relatando ter tido algumas conversas recentes e de ter julgado necessário ter uma preparação ao processo da Conferência, visto que alguns não tem conhecimento do papel dos Conselheiros, em seus direitos e deveres, com isso, a necessidade dos encontros preparatórios para explicar o funcionamento do Conselho e de seus conselheiros. Acrescenta que o desenho da Conferência deve considerar o momento vivido e todas as adversidades que se tem conhecimento e que, mesmo tendo tempo, é importante acelerar o processo e criar o grupo de trabalho que ficará responsável por pensar o processo. Lia Baron agradece a fala da vice-presidente e diz não saber se já existiu ou existe um grupo que possa ser recuperado, mas que considera importante que haja um

grupo ou comissão que discuta o formato dos processos previstos e que proponha a gestão para que haja a contratação. Diz que é importante validar o cronograma ou propor um novo visto que gera impacto direto na contratação da empresa que prestará este serviço e, para iniciar esta contratação, deve ser construído um termo de referência, que necessita de um modelo do que será a Conferência. Dito isso, Lia Baron diz que é de extrema importância sair desta reunião já com uma definição de quem fará parte deste grupo de trabalho. Encerrada sua contribuição, Lia Baron passa a palavra à Rayanne Pacheco. Rayanne diz que já foi contemplada na fala de Rosa Perdigão e que não há nenhum desenho sobre o processo da eleição ou conferência e que, pelo curto tempo, já sairiam deste encontro com um pequeno esboço destes processos e se já não tiver sido formado um GT, deve ser considerada a experiência do último processo. Rayanne diz que a conselheira Paloma Goulart teria levantado uma dúvida sobre o modelo da eleição em relação à nova legislação, mas diz não ter se inteirado sobre o assunto. Sarah Alonso diz, sobre este ponto, que deve ser feita uma regulamentação. Diz que existe, pelo sistema, o formato territorializado garantido, mas que existem outras nuances que o processo eleitoral traz que terão que ser feitas. Rayanne retoma a palavra e questiona sobre a regulamentação dos fóruns territoriais, visto que surgiu a dúvida sobre os fóruns e seus representantes perante ao Conselho e que devem ser pensadas nessas dúvidas para chegar a um modelo de conferência. Sarah Alonso novamente toma a palavra para esclarecer as dúvidas da conselheira e diz que o modelo geral está garantido pela lei do sistema, que dá a eleição dos representantes territoriais nas pré-conferências e depois a votação geral do que for decidido nos fóruns, mas que existe, na lei do sistema, uma dúvida sobre os fóruns territoriais que, assim como outras dúvidas inerentes à eleição, ainda não tem uma definição no sistema, por isso, a necessidade de regulamentação para a Conferência, como foi feita na última oportunidade. Ou seja, isso já é uma demanda para o GT discutir com o poder público, já seguindo o regimento quando diz que o GT deverá ser paritário, ou seja, o mesmo número de representantes da sociedade civil e do poder público e pede que o conselheiro Álvaro Maciel complete sua fala. O conselheiro então diz que não houve definições sobre o GT que já teria sido pensado em outro momento e, com isso, há a necessidade de amadurecimento desta proposta, talvez em outra convocação com este ponto de pauta, para que os interessados possam falar se estão disponíveis ou não a participação neste grupo.

Quanto à regulamentação, o conselheiro confirma a necessidade de ser criada a regulamentação da Conferência, uma espécie de regimento interno, como dito pela conselheira Sarah Alonso e, sobre os fóruns, existe uma confusão conceitual pois as pré-conferências são mobilizadas como pré-conferência, mas nela existem os fóruns, entretanto, os fóruns que a lei do sistema se refere são posteriores, permanentes e podendo ser mais, vários, para, posteriormente, haver fusão destes. O conselheiro diz que já existem algumas tentativas de fórum que se resumem mais a grupos de whatsapp do que de reuniões regulares e presenciais, mas ainda assim existem alguns fóruns estaduais. No âmbito municipal, diz que existem pessoas tentando esta organização, mas sem muito fôlego. O conselheiro diz crer que isso deve ser anunciado na Conferência, ter institucionalidade a partir da conferência ou coordenação do fórum. E diz que se o fórum for muito forte pode se tornar um concorrente ao Conselho. Completa dizendo que o fórum deve ser mais um canal de comunicação com a sociedade civil, trabalhando de forma a organizar o debate, agrupando as vontades e propostas do coletivo. Sugere que haja uma marcação de reunião ordinária com este tema como pauta principal. Sarah Alonso gostaria de apresentar uma informação, visto que fez parte do GT de regimento interno do Conselho. Diz que o regimento interno, que foi uma atualização de alguns pontos da lei, institui os fóruns setoriais como componente do Conselho, então, isto gera uma problemática pois entrou na lei sem que houvesse uma discussão. Lia Baron passa a palavra a Ana Lúcia Pardo, que teria feito inscrição à fala. Ana Lúcia Pardo saúda os presentes, dizendo fazer parte do Conselho Estadual, como conselheira suplente da metropolitana um - capital, e diz ter criado, como mencionado pelo conselheiro Álvaro, um fórum que conta com bastante participantes e conselheiros e se coloca à disposição para o que for necessário para alinhar e construir a Conferência. Diz que alguns destes participantes do fórum já teriam sido convidados pelos conselheiros a participarem do processo de construção do plano, o que é, segundo ela, motivo para parabenizá-los. Lia Baron agradece a contribuição de Ana Lúcia e diz que gostaria de entender melhor o que ficará decidido como encaminhamento, uma vez que não há um grupo já formado para as discussões da construção da eleição e da conferência e que, talvez, aguardar até a próxima reunião ordinária deste Conselho já seja tarde para o processo de contratação. Com isso, Lia diz que gostaria de insistir em tentar sair com os nomes ou com a metodologia que será utilizada para tal. Na última

oportunidade, foi definido que a conselheira Rosa Perdigão e através do e-mail do conselho seriam recebidas as indicações dos representantes da sociedade civil e acredita-se que este modelo possa ser utilizado novamente. Rosa Perdigão concorda com a proposta de encaminhamento da conselheira Lia e não concorda em deixar para um próximo encontro. Sarah Alonso, considerando o tempo disponível, sugere que a formatação ocorra ainda neste encontro. Lia Baron diz que tão importante quanto a definição dos nomes que compõem este grupo é definir quantos serão os representantes. Sarah Alonso sugere que primeiro seja identificado aqueles que gostariam de se candidatar, uma vez que a baixa adesão já seja fator determinante para a quantidade de representantes neste grupo de trabalho. Lia Baron acatando a sugestão, sugere que os representantes da sociedade civil se manifestem primeiro para, em seguida, definir os representantes do poder público. A vice-presidente diz que poderá ser utilizado o chat da ferramenta utilizada para que ocorram as manifestações dos interessados, ficando estipulado dois minutos para tal. A conselheira Andrea Chiesorin, ao identificar que não foram realizadas indicações no chat, diz que o silêncio, embora haja vontade, representa o esgotamento dos conselheiros e diz que deve ser levada em consideração que há uma diferença entre os representantes da secretaria e os conselheiros do poder público. Rayanne Pacheco sugere à vice-presidente que seja realizado comunicado no grupo de whatsapp informando sobre a construção deste GT. A Conselheira Carla Wendling diz que gostaria de ajudar mas que gostaria de ouvir o pensamento da Secretaria sobre esta construção para decidir se fará ou não parte do grupo. Lia Baron diz que em relação a dinâmica que será utilizada para as discussões pode ser pensada pelo próprio GT, a fim de atender a necessidade de seus componentes, mas pensa que reuniões semanais, neste primeiro momento, sejam suficientes visto a necessidade de chegar ao termo de referência, ter o desenho geral dos processos e realizar o acompanhamento da contratação, planejamento e execução de uma forma mais imediata. Pedro Victor Guimarães diz que é uma situação nova para ele, que está recém chegado ao Conselho e que gostaria de participar, mas gostaria de entender alguns pontos antes, visto sua rotina que não está fácil. Pedro Victor Guimarães oficializa candidatura para participar do grupo de trabalho. Lia Baron questiona se a composição de quatro pessoas, sendo duas do poder público e duas da sociedade civil é suficiente. Rosa Perdigão diz acreditar que o ideal é ter três representantes de cada esfera. Carla Wendling completa dizendo que seria

importante ter um representante da zona oeste. Lia Baron diz que já tem, por parte da sociedade civil, as conselheiras Ellen Costa e Carla Wendling e Rosa Perdigão e do poder público, Pedro Victor Guimarães. Carla Wendling diz que gostaria de recomendar o nome da conselheira Paloma Goulart, que é da zona oeste. Caso ela aceite, Carla Wendling diz que cederá seu lugar à ela, uma vez que as três cadeiras da sociedade civil já estariam ocupadas. Rosa Perdigão diz que já mandou mensagem para Paloma Goulart e, assim como a conselheira Carla Wendling, diz que cede sua cadeira para a conselheira e fica apenas como acompanhante no grupo de trabalho. Rayanne Pacheco considera não ser necessário que as conselheiras cedam seus lugares visto que haverá muito trabalho e acrescentar mais um pode ser benéfico. Rosa e Carla dizem que isto dependerá da disposição do poder público. Lia Baron, em relação ao poder público, diz que será necessário fazer uma reunião para chegar às indicações dos representantes, visto a necessidade de fazer sondagens e a necessidade de consulta com os demais órgãos. Nesse sentido, Lia completa dizendo que aguardará a confirmação por parte da conselheira Paloma Goulart para definir se serão necessárias três ou quatro indicações do poder público. O conselheiro Adair Rocha diz que, da visão do poder público, deve ser pensado na forma mais potencializadora para que o grupo possa funcionar. Lia Baron diz que a partir desta composição, coloca a secretaria executiva do conselho e o apoio administrativo para realizar o suporte das reuniões semanais e também para que, no limite de uma ou duas reuniões, já se tenha um desenho do que o grupo pensa do processo eleitoral e da Conferência para elaboração do termo de referência para que a licitação ocorra o quanto antes. Para a próxima reunião, Lia diz que pode ser definido como encaminhamento mais um informe sobre o andamento das etapas do plano e um parecer do GT da Conferência e eleição, visto que já terão alguns encontros até lá. Sarah Alonso diz que, segundo o regimento interno, as reuniões do conselho precisam ser divulgadas pela Secretaria e relata que isto não vem ocorrendo na finalidade de otimizar a divulgação das reuniões, com auxílio dos conselheiros. Lia Baron solicita à secretaria executiva e ao apoio administrativo que, no momento de criação do link para a reunião, já seja solicitado o registro de divulgação do encontro. Após tal fala, a conselheira Lia Baron dá a reunião por encerrada com tais encaminhamentos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às vinte horas e trinta minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Presidente, a

Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.